


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0023785-59.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Exceção de Pré-executividade (inativa) - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Excipiente: **Everaldo Fernando da Silva**
 Excepto: **Prefeitura Municipal de São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS interpôs Embargos Infringentes contra sentença que acolheu parcialmente exceção de pré-executividade tão somente para reconhecer a prescrição em relação às taxas mobiliárias vencidas antes de 2004. Aduz que não ocorreu a prescrição e que não foi observado o art. 2º parágrafo 3º da Lei 6.830/80, cuja norma determina a suspensão do prazo prescricional por 180 (cento e oitenta) dias. Argumenta, ainda, sobre a ocorrência de parcelamento e moratória que não teriam sido considerados como causas suspensivas da prescrição. Em razão do alegado, pediu a reforma da sentença.

Intimado, o embargado deixou de se manifestar (fls. 52).

É o relatório.**FUNDAMENTO E DECIDO.**

O pedido não comporta acolhimento.

Quanto à questão de se saber se a inscrição em dívida ativa é capaz de suspender prescrição do débito tributário, nos termos do art. 2º, §3º, da Lei 6.830/80, tem-se que a presente Execução Fiscal se refere a tributo, matéria inteiramente regulada pelo Código Tributário Nacional, sendo inadmissível o regramento do prazo prescricional ou decadencial por lei ordinária, nos termos do art. 146, III, b, da Constituição Federal.

Adotando esse entendimento o Supremo Tribunal Federal editou, inclusive, a Súmula Vinculante nº 8 que possui o seguinte verbete: “*são inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário*”.

De fato, a inscrição do crédito tributário em dívida ativa não tem qualquer implicação no curso do prazo prescricional.

Segundo escólio de Leandro Paulsen “*A inscrição em dívida ativa constitui-se em mero ato interno da Administração. Não há previsão legal de notificação do contribuinte quanto à inscrição, tampouco qualquer implicação no curso do prazo prescricional. A cobrança amigável feita nesta fase, por Aviso de Cobrança, também não tem efeitos sobre a prescrição*”.¹

Nesse sentido, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO- PRESCRIÇÃO – COBRANÇA

¹ PAULSEN, Leandro. Direito Tributário à luz da doutrina e jurisprudência, 12ª ed. Ed. Livraria do Advogado, pág. 1.199


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

DE IPTU. 1. A obrigação tributária nasce com o fato gerador, mas o crédito respectivo só se aperfeiçoa com o lançamento, fazendo nascer, a partir daí, um crédito que pode ser cobrado no curso dos próximos cinco anos. 2. **A inscrição do crédito na dívida ativa é mera providência burocrática, sem força para marcar algum termo prescricional.** 3 Somente a citação é capaz de interromper o prazo prescricional, não podendo ser considerado para tanto o disposto no CPC. 4 Recurso especial provido. ²(grifei)

O mesmo entendimento é corroborado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO. ART. 2º, § 3º, DA LEI 6.830/80. PRAZO DE 180 DIAS. NÃO-APLICAÇÃO. SUPREMACIA DO ART. 174 DO CTN. 1. **O art. 2º, § 3º, da Lei 6.830/80, nos termos em que foi admitido em nosso ordenamento jurídico, não tem prevalência. A sua aplicação deve sofrer os limites impostos pelo art. 174 do CTN.** Precedentes. 2. Prescrição reconhecida. 3. Recurso especial a que se nega provimento." ³(grifei)

Por outro lado, não há como se aceitar a juntada de documentos nesse momento processual, pois a exceção de pré-executividade não admite dilação probatória. Assim, cabia a excepta apresentar os seus documentos no momento processual da resposta à exceção. Não o fazendo, ocorreu a preclusão consumativa.

Aponto, ainda, que, em relação às chamadas moratórias alegadas pelo Município, decorrentes de diversas leis, não há nos autos documentos que comprovem a sua ocorrência.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** aos embargos infringentes interpostos por **FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos.

P R I C

São Carlos, 07 de outubro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

²REsp 808328/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ª Turma, julgado em 25/04/2006, DJ 30/06/2006

³REsp 611.536/AL, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel. p/ Acórdão Min. José Delgado, 1ª Turma, julgado em 10.4.2007, DJ 14.5.2007